

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**SUZIÉLEN FERNANDES GUERRA**

**TRABALHO INFANTIL NO AMBIENTE RURAL: PERCEPÇÃO DE  
PROFESSORES E ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso II**

**Uruguaiana**

**2015**

**SUZIELEN FERNANDES GUERRA**

**TRABALHO INFANTIL NO AMBIENTE RURAL: PERCEÇÃO DE  
PROFESSORES E ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de  
Curso apresentado ao Curso de  
Enfermagem da Universidade  
Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção  
do Título de Bacharel em  
Enfermagem

Orientador: Prof<sup>ª</sup>Dr<sup>ª</sup> Josefina  
Busanello

**Uruguaiana**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

G934t Guerra, Suziélien Fernandes  
TRABALHO INFANTIL NO AMBIENTE RURAL: PERCEPÇÃO DE  
PROFESSORES E ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL / Suziélien  
Fernandes Guerra.  
56 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, BACHARELADO EM ENFERMAGEM, 2015.  
"Orientação: Josefine Busanello".

1. Trabalho Infantil. 2. População Rural. 3. Saúde da  
População Rural. I. Título.

**TRABALHO INFANTIL NO AMBIENTE RURAL: PERCEPÇÃO DE  
PROFESSORES E ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de  
Curso apresentado ao Curso de  
Enfermagem da Universidade  
Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção  
do Título de Bacharel em  
Enfermagem

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup>JosefineBusanello

Orientador (Unipampa)

---

Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Leticia Cardoso

Unipampa

---

Prof<sup>o</sup>Dr Valdecir Zavarese

UFSM

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me concedido fé, coragem e força para concluir mais esta etapa de minha caminhada. Por me orientar sempre em minhas escolhas, sem temor e sempre com muita humildade.

Ao meu esposo Arlindo, pelo amor, carinho, companheirismo e compreensão em todos os momentos. Sem teu apoio esse sonho não seria possível. Amo-te muito.

À minha filha amada, Helena, criança de garra, fé, inteligência e perseverança inigualável, teu amor e entendimento foram fundamentais para que tudo fosse possível, pois é por ti toda minha busca de conhecimento.

Aos meus pais, Luiz Gladimir e Sérís Suzana, por serem meu porto seguro e minha paz, por acreditarem e me impulsionarem na busca deste sonho. Obrigada, amo muito vocês.

Aos meus irmãos, Marcus Vinícius e Suzany, por nunca terem deixado de dizer que me amavam e que torciam por mim, mesmo eu estando, muitas vezes, distante de suas vidas. Amo vocês.

Aos meus sobrinhos, Lucas, Matheus, João Pedro, Heitor e Murillo, por serem a alegria dos meus dias, pelas risadas fáceis e brincadeiras que fizeram tudo ser mais alegre e colorido.

Aos meus avós, amados, meus tesouros, Orlando, Maria Rosa, Euclides e Rosa, pessoas fundamentais em minha vida, obrigada por serem o alicerce que sustenta minha família, a vocês meu muito obrigado. Amo-os eternamente.

Ao meu cunhado, cunhada, afilhados e compadres, por acreditarem neste sonho e torcerem por mim, por me fazer a cada dia uma pessoa melhor, amo-os e carrego-os em meu coração, sempre.

À minha orientadora, Josefina Busanello, que dedicou seu tempo, paciência e conhecimento, possibilitando a construção de um trabalho mútuo. Agradeço pela parceria e pelos inúmeros ensinamentos. Agradeço imensamente.

Aos professores Valdecir Zavarese e Letícia Cardoso pelo carinho, compreensão e por acreditarem que esse trabalho era possível. Meu muito obrigado por tudo.

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me  
insere na busca, não aprendo nem ensino”  
Paulo Freire

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CONAETI: Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

ECA: Estatuto da Criança e Adolescente

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONU: Organização das Nações Unidas

PNETI: Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

PET: Programa de Educação Tutorial

PSE: Programa Saúde nas Escolas

SUS: Sistema Único de Saúde

LILACS: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

BDENF: Base de Dados de Enfermagem

SciELO: Scientific Electronic Library Online

DECs: Descritores em Ciências da Saúde

## RESUMO

Os índices de crianças vítimas do trabalho infantil no âmbito rural são expressivos, e aumentou na última década, pois as crianças estão inseridas em um contexto em que socialmente as atividades não são consideradas trabalho, mas atividades participativas junto à família. O objetivo deste estudo foi identificar a percepção de professores e escolares do ensino fundamental do ambiente rural a respeito do trabalho infantil. Os objetivos específicos foram: Identificar as ações implementadas para a prevenção do trabalho infantil e promoção da saúde nas escolas rurais; Identificar as dificuldades encontradas pelos professores para abordar o trabalho infantil no ambiente rural; Identificar as implicações do trabalho infantil no desempenho escolar. O cenário do estudo foi uma escola rural do município de Uruguaiana. O estudo contou com a participação de 35 escolares e 17 professores. Para a etapa de coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, que contou com um roteiro previamente definido. O estudo com abordagem qualitativa, é um recorte de dados da pesquisa intitulada “Promoção da Saúde do Trabalhador do Campo” implementada pelo PET Vigilâncias em Saúde, da Universidade Federal do Pampa. A faixa etária dos escolares variou entre nove e 15 anos de idade, e dos professores ficou entre 20 a 60 anos de idade. Seis professores relataram possuir pós-graduação. Dos dados analisados, emergiram quatro categorias temáticas: Percepção de professores e escolares a respeito do trabalho infantil no ambiente rural; Ações para a prevenção do trabalho infantil e promoção da saúde no contexto escolar rural; Dificuldades encontradas pelos professores do ambiente rural para abordar a temática; e Implicações para o desenvolvimento físico e psicológico de escolares. Os resultados mostram que a comunidade escolar necessita de um suporte para ações de prevenção ao trabalho infantil, iniciando com a preparação dos professores para identificar e abordar o problema. Há também a necessidade de um maior envolvimento e participação da comunidade nas atividades escolares, para que os pais e responsáveis se conscientizem de que devem ser mais participativos e pró-ativos no espaço de educação.

Palavras-Chave: trabalho infantil; população rural; saúde da população Rural.

## **ABSTRACT**

Rates of child victims of child labor in rural areas are significant and increased over the past decade, as children are placed in a context where social activities are not considered work, but participatory activities with the family. The objective of this study was to identify the perception of teachers and primary schools of the rural environment regarding child labor. The specific objectives were to identify the actions taken for the prevention of child labor and health promotion in rural schools; Identify the difficulties encountered by teachers to address child labor in the rural context; Identify the implications of child labor on school performance. The study setting was a rural school in the city of Uruguaiana. The study had the participation of 35 students and 17 teachers. For the data collection stage was used semi-structured interview, which included a previously defined script. The qualitative study is a research data clipping entitled "Promotion of Field Workers' Health" implemented by PET Surveillance in Health, Federal University of Pampa. The age of the students ranged between nine and 15 years old, and teachers was between 20-60 years old. Six teachers reported having graduate. The data analyzed, four thematic categories emerged: Teachers' perception and scholars on child labor in the rural environment; Actions for the prevention of child labor and health promotion in rural school context; Difficulties encountered by teachers of the rural environment to address the issue; and Implications for the physical and psychological development of school. The results show that the school community needs a support for child labor prevention activities, starting with the preparation of teachers to identify and address the problem. There is also the need for greater community involvement and participation in school activities so that parents and guardians are aware that they should be more participatory and proactive in the education space.

**Keywords:** child labor; rural population; Health Rural population

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 GERAL .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 ESPECÍFICOS .....</b>	<b>16</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 Perspectivas legais e políticas para o trabalho infantil.....</b>	<b>17</b>
<b>3.2A Enfermagem frente ao trabalho infantil e a saúde escolar .....</b>	<b>19</b>
<b>4 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>21</b>
<b>4.1 O trabalho infantil no ambiente rural.....</b>	<b>22</b>
<b>4.2 A escola na proteção da criança e do adolescente .....</b>	<b>23</b>
<b>4.3 Implicações físicas e psicológicas do trabalho infantil.....</b>	<b>24</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>26</b>
<b>5.1 Tipo de estudo .....</b>	<b>26</b>
<b>5.2 Local do estudo.....</b>	<b>26</b>
<b>5.3 Participantes do estudo .....</b>	<b>27</b>
<b>5.4 Coleta de dados .....</b>	<b>27</b>
<b>5.5 Aspectos éticos.....</b>	<b>28</b>
<b>5.6 Análises dos dados.....</b>	<b>28</b>
<b>6 RESULTADOS .....</b>	<b>30</b>
<b>6.1 Caracterização dos participantes .....</b>	<b>30</b>
<b>6.2 A percepção de escolares e professores a respeito do trabalho infantil no ambiente rural.....</b>	<b>30</b>
<b>6.3 Ações para a prevenção do trabalho infantil e promoção da saúde no contexto escolar .....</b>	<b>31</b>
<b>6.4 As dificuldades encontradas para abordar o trabalho infantil .....</b>	<b>32</b>
<b>6.5 Implicações do trabalho infantil no desempenho escolar .....</b>	<b>33</b>
<b>7 DISCUSSÃO .....</b>	<b>35</b>

<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>APENDICE I- INSTRUMENTO DE ENTREVISTA PROFESSORES.....</b>	<b>46</b>
<b>APENDICE II- INSTRUMENTO DE ENTREVISTA ESCOLARES.....</b>	<b>48</b>
<b>APENDICE III- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO I-PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA .....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Trabalho infantil é toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes, abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho, conforme a legislação de cada país. O trabalho infantil é proibido por lei e, especificamente, as formas mais nocivas ou cruéis de trabalho infantil não somente são proibidas, como também constituem crime (UNICEF, 2010). No Brasil, segundo a legislação de 1988 é considerado trabalho infantil atividades laborais realizadas por crianças abaixo da idade mínima permitida, e a mesma legislação trás o menor como aprendiz a partir dos 14 anos de idade (BRASIL, 2010).

Conforme o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o trabalho precoce é prejudicial ao desenvolvimento educacional e biopsicossocial das crianças, especialmente sob as seguintes condições: realizado em tempo integral; em idade muito jovem; com longas jornadas; que conduza a situações de estresse físico, social ou psicológico; exercido nas ruas em condições de risco para a saúde e a integridade física e moral das crianças; incompatível com a frequência à escola; que exija responsabilidades excessivas para a idade; e que comprometa e ameace a dignidade e a auto-estima da criança, em particular, quando relacionado com o trabalho forçado, com a exploração sexual e trabalhos sub-remunerados (UNICEF, 2010).

Crianças e adolescentes expostos ao trabalho correm o risco de sofrerem danos à sua integridade física e psicossocial. Contudo, na legislação brasileira apenas o risco físico é reconhecido. O risco psíquico, causado por trabalho repetitivo, exaustivo, barulhento, estressante e outros que venham a prejudicar a educação e a formação moral e social, também fazem parte dessa problemática (PNETI, 2011).

As crianças e adolescentes estão em desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e sociocultural, e o trabalho nessa fase pode abarcar sérios prejuízos e pôr em risco a segurança e a saúde. O trabalho infantil também afasta as crianças e adolescentes da escola e do convívio familiar, cenários nos quais receberão as orientações necessárias para o seu desenvolvimento e inclusão social (LEIRIA, 2010).

Além do comprometimento físico e psicológico, o trabalho infantil tem estreita relação com a condição econômica. Embora o apoio dos filhos tenha uma resposta econômica imediata que assegura a sobrevivência das famílias, ele compromete o crescimento físico e intelectual, e apenas consegue assegurar a sobrevivência (FRANKLIN, et al. 2001).

No Brasil, o trabalho infantil localizado no ambiente rural, tanto no regime de economia familiar, quanto em outras atividades, é uma opção dos pais que utilizam o trabalho dos filhos para garantir as cotas de produção. Nesse âmbito, não há remuneração para o trabalho da criança e adolescente, pois a produção é para consumo próprio, e segue a lógica da chamada agricultura familiar, para subsistência (PNAD, 2005).

O trabalho infantil é proibido por lei, conforme estabelecem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei nº8069/90 e a Constituição Federal de 1988. Contudo, continua sendo um dos maiores desafios a ser superado pela sociedade brasileira. Segundo o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PNETI) 2004, a exploração e o trabalho infantil são comuns em países subdesenvolvidos e em países emergentes como no caso do Brasil. Nas regiões mais pobres essa situação é bastante comum, e ocorre devido à necessidade financeira da família que, geralmente, são pessoas pobres e com muitos filhos (VIEIRA, 2012).

Na década de 1990, o governo instituiu medidas legais. O principal marco foi a criação do ECA que fomentou a instituição de políticas públicas de educação, saúde, nutrição e assistência social, na tentativa de solucionar o problema do trabalho precoce (OIT,2012).

O Rio Grande do Sul apresentou índices alarmantes na década passada. Em 1993, o expressivo contingente de 523.703 menores de 10 a 17 anos já se encontrava inserido no mercado de trabalho, correspondia a uma taxa de atividade de 36,2% da população 25% entre 10 e 14 anos, e 6,59% na faixa etária entre 5 e 9 anos, o que representa um número total de 61.900 crianças integradas no mercado produtivo (FRANKLIN,et al, 2001).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, das crianças de 5 a 15 anos que moram no meio urbano, apenas 4,3% ainda trabalham. No ambiente rural esses índices são muito superiores e chegam a 19%. O número de crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho estava em queda desde 1992. Contudo, no período de 2004 a 2005, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), eles tornaram-se 10,3% mais numerosos. Na faixa até 17 anos, o índice elevou de 11,8% para 12,2% (KASSOUF E SANTOS, 2010).

A agricultura é o ramo que, individualmente, mais ocupa a mão-de-obra infanto-juvenil. Na faixa dos 10 aos 14 anos ela alcança 56,04% de crianças trabalhadoras. O nordeste do Brasil permanece como a região mais crítica, com 15,9% de suas crianças e adolescentes em atividade laboral. O Sul e o Centro-Oeste apresentam um maior crescimento dessas taxas (PNAD, 2005).

As ações sociais desenvolvidas nos últimos anos envolvendo trabalho infantil priorizaram a criança abaixo dos 10 anos. A meta é a redução quase que total dos números,

especialmente entre as crianças de 5 a 9 anos, ainda nessa década. É preciso considerar que o Nordeste tem um percentual (13%) que é bem superior ao do Sul (9,85%) e do Sudeste (4,96%) (OIT, 2012).

Destaca-se a relevância social do presente estudo voltada para essa problemática, buscando identificar, especialmente, as implicações do trabalho infantil no âmbito rural. O interesse em abordar a temática tem o intuito de estruturar um processo de formação de profissionais que atendam as necessidades das crianças e adolescentes, desenvolvendo ações de segurança e promoção de saúde.

Considerando essa problemática questiona-se: Qual a percepção de professores e escolares acerca do trabalho infantil no ambiente rural? Quais as ações para a prevenção do trabalho infantil e promoção da saúde no contexto escolar rural? Quais as dificuldades encontradas pelos professores do ambiente rural para abordar a temática? Qual a implicação do trabalho infantil no desempenho escolar?

A participação como bolsista no Programa de Educação Tutorial com ênfase na vigilância da saúde do trabalhador rural, também fomentou o interesse em abordar essa temática. Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas escolas rurais da região Oeste do Rio Grande do Sul, desenvolvidas no período de 2013 a 2015, observei que o trabalho infantil é uma problemática renegada no contexto rural.

Especialmente, percebe-se que o problema é invisível aos olhos dos profissionais de educação, que acreditam ser um fenômeno cultural da região, tratando-o como uma consequência da vida que levam as crianças e adolescentes do ambiente rural. Para nós, futuros enfermeiros, não se permite ser invisível, pois a vida das crianças e adolescentes inseridas neste contexto já conta com diversas oportunidades que chegam até eles através da escola, como o Programa de Saúde nas Escolas do Governo Federal (BRASIL, 2010).

Exemplificando melhor, o PSE é um programa voltado à saúde da comunidade escolar de uma determinada área que necessita de orientações acerca de sua realidade, vivencia principalmente as do ambiente rural que muitas vezes estão longe dos centros urbanos e por isso desconhecem as práticas em saúde, desenvolve atividades de atenção a saúde, prevenção e educação. É uma política intersetorial da Saúde e da Educação e foi instituído em 2007, é uma iniciativa dos ministérios da Saúde e da Educação, por meio de financiamento e fornecimento de materiais e equipamentos para as escolas e equipes de saúde (BRASIL, 2007). O programa também trabalha para integrar as redes de serviços do setor educação e do

Sistema Único de Saúde (SUS) com o fortalecimento da articulação entre as escolas públicas e as unidades básicas (unidades de saúde da família), por meio da realização de ações dirigidas aos alunos (BRASIL, 2007).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 GERAL**

Identificar a percepção de professores e escolares do ensino fundamental do ambiente rural a respeito do trabalho infantil.

### **2.2 ESPECÍFICOS**

Identificar as ações implementadas para a prevenção do trabalho infantil e promoção da saúde nas escolas rurais;

Identificar as dificuldades encontradas pelos professores para abordar o trabalho infantil no contexto rural;

Identificar as implicações do trabalho infantil no desempenho escolar.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nessa sessão serão apresentados elementos que compõem o objeto da pesquisa: Perspectivas legais e políticas para o trabalho infantil; e a Enfermagem frente ao trabalho infantil e a saúde escolar.

#### **3.1 Perspectivas legais e políticas para o trabalho infantil**

A concepção de infância como uma idade da vida que requer proteção dos adultos e que precisa ser poupada do trabalho, foi internacionalizada a partir do século XX e após a Segunda Guerra Mundial, pela intervenção de organizações internacionais de defesa dos direitos das crianças, como a Organização das Nações Unidas (ONU), UNICEF e a OIT (MARIN et al, 2012).

Por meio da proposição de um conjunto de doutrinas e de políticas públicas, essas organizações internacionais procuram difundir as concepções burguesas de infância, os direitos da criança e o aparato de regulação do trabalho infantil, socialmente construídos nos países desenvolvidos. A partir disso, as crianças passaram a ser tratadas como pessoas em condições especiais de desenvolvimento, sujeitos de direitos próprios, com direitos e necessidade de proteção (MARIN, et al, 2012).

O desenvolvimento de uma sociedade disciplinar fez com que a infância fosse distinguida em duas formas, alterando-se conforme a classe social. Para a classe burguesa, a infância passou a ser caracterizada por uma liberdade protegida e por uma vigilância discreta. Já nas camadas populares, a infância passou a ser caracterizada por uma liberdade vigiada (LIMA et al, 2011).

A Carta Magna trouxe para o contexto brasileiro a Teoria da Proteção Integral, instituída pela ONU, com a Declaração de Genebra, de 26 de setembro de 1924, como medida para garantir a efetivação dos direitos dos menores de idade. A ratificação dessa teoria veio com a edição da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada por unanimidade na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, trazendo em seu conteúdo um conjunto de valores da Doutrina da Proteção Integral (SOUZA E MOURA, 2014).

Toda legislação brasileira a respeito do trabalho infantil está orientada segundo os princípios estabelecidos na Constituição de 1988, que estão harmonizados com as atuais

disposições da Convenção dos Direitos da Criança, da ONU, e das Convenções nº 138 e 182, da OIT. Na Convenção da ONU de 1989, o art. 32 estabeleceu que não fosse permitido nenhum tipo de exploração econômica da criança (até os 18 anos). Considera exploração qualquer espécie de trabalho que prejudique a escolarização (PNETI, 2010).

As atividades laborais realizadas por crianças e adolescentes menores de 14 anos são proibidas pela Emenda Constitucional numero 20, de 15 de dezembro de 1998. O ECA proíbe o trabalho noturno; perigoso, insalubre e penoso; realizado em locais prejudiciais a formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social da criança e do adolescente; e em horários que não permitam a frequência escolar. O ECA é uma Lei Federal, numero 8.069, aprovada em 13 de julho de 1990, que preconiza uma política de atenção integral às crianças e adolescentes, encarando-os como cidadãos em condições especiais de desenvolvimento (MARTINS et al, 2013).

Atualmente, ela permite o ingresso precoce de jovens entre 16 e 18 anos ao mercado de trabalho e os protege, garantindo-lhes os direitos trabalhistas e previdenciários. Admite, ainda, o trabalho para os que estão com idade entre 14 e 16 anos na condição de aprendizes, inseridos em um programa de formação técnico-profissional ministrado segundo as diretrizes e bases da legislação em vigor (BRASIL, 2004).

Ademais, no Brasil as principais ações de combate e erradicação do trabalho infantil consistem, principalmente, na execução do PNETI, juntamente com a sua integração ao Programa Bolsa Família e a fiscalização do trabalho. Além disso, o Brasil é signatário das convenções da OIT numero 138, sobre a idade mínima para ingresso no trabalho, e numero 182, sobre as chamadas piores formas de trabalho infantil (ECA).

Os países signatários dessas duas convenções devem proceder à elaboração de uma política nacional que garanta a abolição do trabalho infantil, com prioridade à eliminação das piores formas desse trabalho. Por esse motivo, o país instituiu a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) em 12 de setembro de 2002, tendo como um dos objetivos a elaboração e o monitoramento do trabalho infantil. Esse plano apresenta todas as ações do Governo Federal na área de erradicação do trabalho infantil, assim como, das organizações da sociedade que compõem essa comissão (BRASIL, 2004).

Apesar do ECA e das políticas sociais vigentes e mesmo depois dos esforços realizados durante os anos de luta contra o trabalho infantil, o PNETI (2011) retrata que a mentalidade que durante séculos levou crianças ao trabalho, ainda está atuante em muitos setores da população brasileira. Essa realidade apresenta uma face perversa quando se trata das piores formas de trabalho infantil e revela como persiste no País uma mentalidade

perniciosa que retira a condição de ser humano a quem, por condição de raça, de sexo, de renda, de idade e de acesso à informação, não tem condições de defender seus direitos fundamentais (PNETI, 2011).

### **3.2A Enfermagem frente ao trabalho infantil e a saúde escolar**

Para erradicar o trabalho infantil não é necessário apenas o afastamento da criança do trabalho é preciso articular medidas e ações que visem proteção e atendimento a elas e às famílias. Nesse contexto surgiu a preocupação de oferecer ao trabalho relacionado à saúde ações do serviço de enfermagem direcionado a erradicação do trabalho infantil, historicamente mascarado pelas condições de invisibilidade e de desproteção à criança (SILVA, et al, 2010).

Sabe-se que a educação em saúde possibilita a aprendizagem de novas formas de vida facilitando o conhecimento do ambiente, bem como o autoconhecimento. Então, é função primordial do enfermeiro educar a população em qualquer oportunidade, em todos os contatos possíveis, divulgando a ideologia de proteção aos direitos da criança. O enfermeiro deve ter o apoio da comunidade escolar a fim de incentivar e fortalecer vínculos de proteção integral às crianças, incluindo reabilitação e recuperação daquelas oriundas do trabalho infantil (SILVA, et al, 2010).

O trabalho infantil é uma forma de violência às crianças, e com a magnitude da deste fenômeno é necessário ações específicas. Assim, o Enfermeiro pode atuar na educação em saúde no ambiente rural, com a perspectiva de educar, conscientizar e alertar para o trabalho infantil, deixando claro que essa prática afeta a vida do ser humano em seus diferentes estágios de desenvolvimento, trazendo danos, muitas vezes, irreversíveis à sua saúde física, emocional e social (ALGERI, 2005).

Além da educação em saúde, da notificação compulsória e da comunicação ao conselho tutelar, os enfermeiros podem orientar os educadores, pais e responsáveis, com o objetivo de identificar as razões que submetem a criança e adolescente ao trabalho, e os prejuízos para desenvolvimento destes jovens (VIEIRA, et al, 2012).

Diante deste problema tão comum e ao mesmo tempo complexo, o profissional deve buscar soluções viáveis, integrando saberes sistematizados adquiridos com a especialização ao

cotidiano de seu trabalho. É essencial que o profissional em enfermagem aborde temas de educação em saúde e segurança no trabalho, articulando uma vigilância que envolva a saúde do trabalhador e o ambiente de trabalho (SILVA, et al,2010). Além disso, o enfermeiro deve engajar-se firmemente na melhoria da qualidade dos serviços de saúde, a fim de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária, pois entende-se que assim ampliará e resgatará sua função frente à problemática do trabalho infantil (ALGERI, 2005).

Desde 2007, o Brasil conta com o Programa Saúde nas Escolas (PSE), que é uma política intersetorial da Saúde e da Educação, voltado às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira, que visa à promoção de saúde e educação integral. A articulação intersetorial das redes públicas de saúde e de educação, e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do PSE, implica na ofertas de serviços de saúde dentro da escola e no fomento da sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de coresponsabilidade (BRASIL, 2007).

A escola do ambiente rural se torna multiplicadora dessas ações, e por meio da orientação e articulação de políticas como esta é que se alicerçam e criam estratégias para combater o trabalho infantil existente em suas regiões. As práticas educativas em saúde podem delimitar condutas consideradas saudáveis, alicerçadas em representações sociais e culturais. A educação em saúde tem potencialidades para proporcionar estratégias em saúde, transformação das práticas de atenção, de gestão e de controle social e produção de políticas enraizadas nos princípios e nas diretrizes do SUS (PEREIRA, 2013).

#### 4 REVISÃO DE LITERATURA

Nessa sessão será apresentada uma revisão de literatura com a finalidade de apresentar as produções científicas a respeito do trabalho infantil no ambiente rural; a enfermagem e a escola frente a essa problemática; e as implicações do trabalho infantil para o desenvolvimento físico e psicológico de crianças e adolescentes.

A busca bibliográfica foi desenvolvida na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) nas bases de dados eletrônicas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados para Enfermagem (BDEnf) e SciELO (Scientific Electronic Library Online), sendo realizada no segundo semestre de 2014. Para o levantamento das publicações utilizou-se os Descritores de Ciências da Saúde (DECs): trabalho infantil; população rural e saúde da população rural.

Os critérios de inclusão para composição do universo de artigos foram: idioma português, inglês e espanhol; em texto completo; e com acesso gratuito. Os critérios de exclusão foram: anais de congressos ou conferências; e relatórios técnicos e científicos. Após realização do filtro de pesquisa na BVS foram encontradas 309 publicações, através da leitura prévia dos títulos e resumos, foram excluídas pelo autor 293 publicações por não se enquadrarem na proposta e não responderem as questões da pesquisa, correspondendo a 16 artigos para compor o *corpus*. O ano predominante de publicações foi 2011, com 05 artigos, seguido por 2012 com 04, 2005 com 03, 2010 com 02 e, 2009 e 2001 com 01 artigo cada.

Utilizou-se a análise temática, a partir de três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação do material, efetuou-se a leitura flutuante e fichamento (ficha documental e ficha de extração dos dados), permitindo maior abrangência na análise do *corpus*.

Os resultados foram apresentados em três categorias temáticas. A primeira, O trabalho infantil na ambiente rural, foi embasado em 03 artigos. A segunda categoria, A escola na proteção da criança e do adolescente, foi sustentada por 04 artigos. E a terceira categoria, Implicações físicas e psicológicas do trabalho infantil por 03 artigos. Destaca-se que alguns artigos embasaram especificamente uma categoria, e outros mais de uma categoria.

#### 4.1 O trabalho infantil no ambiente rural

O trabalho infantil ocorre pela forte tradição cultural, atingindo especialmente as famílias com baixa renda familiar. Embora exista predominância de trabalho infantil nas atividades urbanas, é preciso reconhecer que o trabalho infantil na zona rural ainda é muito significativo (COELHO, 2005).

Segundo Kassouf e Santos (2010), a formação profissional e a construção do herdeiro exigiam que as crianças fossem iniciadas no trabalho, sob a orientação dos pais ou dos trabalhadores adultos, como parte do processo de socialização profissional e ritualização da passagem para a idade adulta. Conforme a idade, o sexo e a força física, as crianças incorporavam às atividades produtivas das famílias, na condição de ajudante.

As gerações mais velhas atribuíam ao trabalho das crianças um significado primordial em sua socialização, uma vez que elas se preparavam para tornarem-se os futuros agricultores ou donas de casa, assim como seus pais. Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia um caráter fundamental no ciclo da formação intergeracional dos agricultores (KASSOUF, et al, 2010).

Para Marin e Vendruscolo (2012), diferentes concepções de infância e de trabalho estão em confronto. As concepções propugnadas pelos dispositivos legais vigentes no Brasil proíbem o trabalho da criança e do adolescente no cultivo agrícola, por entendê-lo como uma das piores formas de trabalho infantil. Por outro lado, os pais do contexto rural, pautados nos usos e costumes tradicionalmente empregados para socializar as novas gerações, optam por educar os filhos por meio do trabalho, seja nas atividades agrícolas ou domésticas, tentando preservar a continuidade dos estudos escolares.

Conforme Asmus (2005), para compreender essa dinâmica é necessário observar também as condições de exploração do próprio trabalhador adulto no ambiente rural, submetido ao excesso de trabalho decorrente das políticas de competitividade do mercado. Essa situação induz os agricultores a colocarem seus filhos no trabalho para cumprir as metas de produção. Assim, no contexto da agricultura familiar, o trabalho infantil é tolerado, pois não é identificado como uma forma de exploração, mas como uma ajuda das crianças para subsistência de todos (COELHO, 2005).

## 4.2 A escola na proteção da criança e do adolescente

As concepções modernas de infância, como uma fase específica da vida dedicada aos estudos e à preparação para o futuro, foram construídas a partir da ascensão de uma classe burguesa na Europa. A partir desse processo social houve a necessidade de fortalecimento da família para proteger as crianças, bem como de uma maior intervenção da sociedade e do Estado para oferecer a elas escolarização, assistência e proteção. Além disso, as crianças deixaram de trabalhar para que pudessem se dedicar aos estudos e às brincadeiras (MARIN, 2012).

Para Moura (2011), com os movimentos sociais contra a exploração do trabalho infantil, as crianças das classes trabalhadoras da Europa também foram encaminhadas para a escola, por ser reconhecida, ao lado da família, como a instituição privilegiada para a socialização da infância. Com isso, desenvolveram-se conhecimentos nas áreas da saúde, pedagogia e psicologia, bem como instituições educativas e de proteção da infância, distribuindo responsabilidades para a família, sociedade e Estado, no sentido de garantir o desenvolvimento integral das crianças. Assim, o direito a uma infância livre do trabalho passou a ser direito de todas as crianças, independente da classe social, idade, gênero, etnia e religião (RUELA, et al, 2011).

Silva (2011) destaca que a responsabilidade dos profissionais da educação é apoiar e trabalhar ações, cujo procedimento vise à melhoria das condições de vida desses indivíduos, ofertando-lhes conhecimentos para terem no mínimo de cidadania em suas vidas. A idéia de reduzir, e até eliminar o trabalho precoce, surgiu a partir do agravamento da situação de falta de cuidado com a saúde e alimentação inadequada. Esses problemas não faziam parte da preocupação dos pais, e ainda se constituem como a principal causa do adoecimento das crianças e adolescentes (VIEIRA, et al, 2012).

Algumas reflexões acerca do tema são discutidas a partir da visão da escola, já que estudos têm demonstrado que o trabalho precoce interfere diretamente no desempenho escolar. O trabalho das crianças, muitas vezes, categorizado como ajuda, dificulta ou impossibilita a continuidade da escolarização, em virtude da difícil conciliação do trabalho com o calendário escolar (ALBERTO, et al, 2011).

Por conseguinte, foram instituídas políticas sociais destinadas às crianças e aos adolescentes vinculados ao trabalho infantil, o que acenava com a interdição dessas atividades econômicas ilegais. Também houve a impulsão dessa população para a escola, segundo o pressuposto de que “lugar de criança é na escola e não no trabalho” (MARIN, 2012).

### 4.3 Implicações físicas e psicológicas do trabalho infantil

Para Kassouf (2010), as crianças residentes em áreas rurais são mais suscetíveis ao trabalho que aquelas residentes em áreas urbanas. Isso porque as do meio rural são requisitadas ao trabalho nas fazendas e nos empreendimentos familiares e também pela precariedade do acesso à escola no campo. Dessa forma, se a oportunidade de trabalhar é mais acessível que a oportunidade de estudar, os pais podem optar pela primeira em detrimento da segunda, ou então combiná-las e prejudicar o aprendizado escolar.

Entretanto, este trabalho também promove efeitos negativos e prejudiciais à sua formação e ao desenvolvimento, conseqüentemente, impedindo-o de dedicar-se a atividades extracurriculares, lúdicas e sociais próprias da idade, trazendo isolamento familiar, bem como se desinteressando de ir à escola (PIMENTA, 2011). Além disso, os menores experimentam um papel conflitante na família, no local de trabalho e na comunidade, pois como trabalhadores, são forçados a agir como adulto mesmo com sua natural condição infantil. Esses fatores são uma fonte de estresse emocional que afetam o desenvolvimento mental e físico na infância (MARTINS, 2012).

O trabalho infantil atinge índices preocupantes e, infelizmente, a extensão e natureza do seu impacto na saúde, educação e desenvolvimento das crianças têm sido relativamente pouco estudado. As experiências traumáticas influenciam decisivamente nas mudanças capazes de aumentar, de modo significativo, a vulnerabilidade a transtornos psíquicos em fases posteriores da vida (ALGERI, 2005).

Entre as crianças e adolescentes, o índice de transtornos que causam o mau desempenho e o abandono escolar é elevado. Contudo, como essas conseqüências se tornam mais evidentes na fase adulta, as estatísticas ficam mascaradas, dificultando o desenvolvimento de políticas que normatizem sua entrada no mercado de trabalho (MARTINS, et al, 2012).

A experiência de trabalho infantil aparece como um aspecto que pode causar sofrimento, pois adolescentes que conseguem refletir acerca da influência do trabalho demonstram seu sofrimento por ter trocado as brincadeiras pelo trabalho durante a infância. Ele ressalta que esse prejuízo pode ter sido causado não somente pelo trabalho na infância, mas também pelo grau de exigência e responsabilidade que os pais esperam das crianças (LIMA, 2011).

Para Franklin (2001) o trabalho precoce prejudica a formação intelectual de crianças e adolescentes, o seu desenvolvimento psíquico e afetivo, acarretando perda de etapas

fundamentais da vida, tornando-os adultos antes do tempo. Além disso, compromete a formação escolar, uma vez que a falta de tempo e condições físicas e mentais de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, proporciona um aumento na evasão escolar.

Muitos equipamentos e utensílios utilizados em algumas formas de trabalho não são adequados para crianças, podendo causar problemas ergonômicos e fadiga. Também há índices elevados de acidentes de trabalho, pela falta ou inadequação dos equipamentos de proteção individual (SILVA, 2009). Frequentemente prevalece o aspecto produtivo sobre o educativo, além de nem sempre haver condições apropriadas de saúde e segurança no trabalho a eles designado. Existem outros fatores igualmente importantes, como os de natureza cultural, que dizem respeito às formas tradicionais e familiares de organização econômica, e o interesse do “mercado”, uma vez que essa atividade envolve gastos reduzidos e gera expressivos lucros (PIMENTA, 2012).

Todo trabalho deve obedecer estritamente ao disposto na Constituição Federal, na Consolidação das Leis Trabalhistas, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nos Tratados internacionais ratificados pelo Brasil. O descumprimento do limite de idade para o trabalho, não proporcionando tempo para o trabalhador menor frequentar a escola e a exposição do adolescente a condições nocivas ao seu desenvolvimento físico, mental, social e cultural, implica em penalidades que devem ser fixadas com rigor, de modo a coibir o desrespeito aos direitos fundamentais da criança e do adolescente (LEIRIA, 2010).

## **5 METODOLOGIA**

A metodologia é uma parte complexa, inclui simultaneamente a teoria da abordagem, os instrumentos de operacionalização do conhecimento e a criatividade do pesquisador, a partir da sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade. A metodologia precisa contemplar a fase de exploração de campo, com a escolha do espaço da pesquisa, do grupo de participantes, estabelecimento dos critérios e construção de estratégias para a entrada em campo, além de definir o instrumento e procedimentos para a análise de dados (MINAYO, 2004).

### **5.1 Tipo de estudo**

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa. Nessa abordagem o foco é o universo de significados, crenças, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2010).

O estudo é um recorte de dados da pesquisa intitulada “Promoção da Saúde do Trabalhador do Campo” implementada pelo Programa de Educação Tutorial Vigilâncias em Saúde, com ênfase na saúde do trabalhador do campo, da Universidade Federal do Pampa.

### **5.2 Local do estudo**

O cenário investigativo do presente estudo foi uma escola rural do município de Uruguaiana. A escola conta, com aproximadamente 120 alunos distribuídos em pré-escolares e ensino fundamental. O ambiente é caracterizado por ser uma área rural com grandes propriedades de cultivo de arroz, criação de gado de corte e pequenas propriedades com agricultura familiar. É um local com diversas riquezas naturais, as quais servem como auxílio extra na renda familiar, alavancando a economia local e suas atividades de subsistência.

### 5.3 Participantes do estudo

Para o presente estudo foram considerados dois grupos de participantes. O primeiro grupo de participantes foi constituído por 17 professores atuantes na escola supracitada, na faixa etária entre 20 a 60 anos de idade. A maioria é do sexo feminino, e dos 17, seis possuem pós-graduação. O critério de inclusão estar atuando regularmente na escola, e no ensino fundamental. Foram excluídos da amostra os professores que estavam em afastamento durante o período de coleta de dados.

O segundo grupo de participantes foi constituído por 35 escolares, na faixa etária entre nove e 15 anos de idade, 22 meninos e 13 meninas. Doze escolares cursavam a quarta série, seis deles a quinta série, sete a 6ª série e dez a 7ª série. Os critérios de inclusão foram: estar regularmente matriculado na escola supracitada; e participar as atividades de extensão promovidas pelo Programa de Educação Tutorial Vigilâncias em Saúde, com ênfase na saúde do trabalhador do campo, da Universidade Federal do Pampa. Foram excluídos os escolares que frequentavam as séries iniciais primeira, segunda e terceira série, considerando a complexidade do instrumento de coleta de dados para abordar a temática em questão.

### 5.4 Coleta de dados

Para a coleta de dados utilizou-se instrumentos de entrevista semiestruturada, previamente testado para validação e garantia do rigor metodológico, ético e científico do estudo. Foram utilizados dois instrumentos, um instrumento voltado aos professores, onde foi utilizado somente as questões contidas no intervalo numérico de 13 a 18 sendo elas abertas e fechadas (**ANEXO I**).

Para a entrevista com os escolares, foi utilizado um instrumento com questões fechadas contidas no intervalo numérico 29 a 36, que enfocaram o trabalho infantil (**ANEXO II**).

A coleta de dados foi realizada pelos bolsistas e preceptoras do Programa de Educação Tutorial Vigilâncias em Saúde da Universidade Federal do Pampa, previamente instrumentalizados. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a outubro de 2014. Os participantes foram entrevistados individualmente, na própria escola, em horários e ambientes disponibilizados pela direção, aspectos esses que garantiram a privacidade das informações fornecidas. As entrevistas foram gravadas com MP3 e, posteriormente transcritas.

### **5.5 Aspectos éticos**

A pesquisa segue os preceitos éticos previstos na Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Pesquisa. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIPAMPA, sob o parecer 457.098, em 13 de novembro de 2013. (**ANEXO III**)

A formalização do aceite dos professores do estudo ocorreu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (**ANEXO IV**), antecipadamente a coleta de dados, em uma reunião realizada nas escolas, na qual foram apresentados e explicitados os objetivos e métodos da pesquisa.

A autorização da participação dos escolares ocorreu mediante assinatura do TCLE pelos pais ou responsáveis (**ANEXO V**). Para tanto, foi apresentado os objetivos e métodos de pesquisa e, encaminhado aos pais carta de apresentação e TCLE para assinatura e efetivação da autorização.

### **5.6 Análises dos dados**

O tratamento qualitativo dos dados foi realizado através da análise temática. Segundo Minayo (2010), uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe uma comunicação, cuja presença ou frequência apresentem significado. A análise temática é composta de três etapas: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A pré-análise consiste na escolha dos documentos a serem analisados, na retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa. Também houve a constituição do *corpus*, no sentido de responder às seguintes normas de validade qualitativa: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Esses critérios são importantes para a certificação de que o material contemplou todos os aspectos levantados no roteiro, englobou as características essenciais ao universo pretendido, obedeceu a critérios precisos de escolha quanto aos temas tratados, às técnicas empregadas e atributos dos interlocutores, mostrando-se adequados para dar respostas aos objetivos do trabalho (MINAYO, 2010).

A segunda etapa foi a exploração do material que consisti uma operação de codificação. Foram realizados recortes do texto em unidades de registro que podem ser uma palavra, uma frase, ou um tema. Após, os dados foram classificados e agregados, formando as categorias teórica ou empírica que comandarão a especificação dos temas, são elas: percepção de professores e escolares acerca do trabalho infantil na zona rural; ações para a prevenção do trabalho infantil e promoção da saúde no contexto escolar rural; dificuldades encontradas pelos professores da zona rural para abordar a temática e implicação para o desenvolvimento físico e psicológico de escolares. A terceira e última etapa foi a interpretação dos dados, e a discussão a partir do referencial teórico e revisão de literatura (MINAYO, 2010).

## 6 RESULTADOS

### 6.1 Caracterização dos participantes

O estudo contou com a participação de 35 escolares. A faixa etária dos alunos variou entre nove e 15 anos de idade, 22 meninos e 13 meninas. Doze escolares cursavam a quarta série, seis deles a quinta série, sete a 6ª série e dez a 7ª série. Também participaram do estudo 17 professores, na faixa etária entre 20 a 60 anos de idade e a maioria (n=15) do sexo feminino. Seis professores relataram possuir pós-graduação.

### 6.2 A percepção de escolares e professores a respeito do trabalho infantil no ambiente rural

Dos 35 escolares 27 deles afirmaram que ajudam os pais, 22 relataram que ajudam nas tarefas de casa, 6 cuidam dos animais e 7 vão para a lavoura com os pais.

Onze dos professores entrevistados relatam que os escolares auxiliam os pais no turno inverso a escola. Não consideram o auxílio aos pais como trabalho infantil, pois os escolares participam das atividades domésticas, com trabalho na horta e no trato com os animais.

A questão cultural, também influencia na submissão ao trabalho infantil. Conforme os professores, as crianças e adolescentes realizam essas atividades, como ajudantes dos pais, e como um trabalho não forçado.

*[...] Cultura deles mesmo [...] A gente não pode dizer que é um trabalho remunerado. Que é uma coisa de escravidão, não! É trabalho participativo, tanto que ele vai se quer. Como ele gosta e esta no meio, e é do meio, ele vai. Participa sim. Conversei com alguns, e eles participam bastante. Andei lá, conversando com eles, e alguns tem horta em casa. Andei orientando sobre a horta, e questão dos animais. Então, eu acredito que eles colaboram bastante nesta questão em casa, com os pais[...] (E\_3).*

*[...] não sei se poderiam chamar como trabalho infantil. E eles são ajudantes dos pais na verdade [...] Como eles dizem, eles ajudam o pai e a mãe em casa. No período do turno inverso, no caso. Eles estão de manhã aqui, e de tarde eles ajudam [...] (E\_14).*

Apenas 03 dos professores relatam que os escolares maiores, de dez a 15 anos, são submetidos ao trabalho infantil, com envolvimento em atividades rurais. Destacaram que

mesmo diante da perspectiva legal que impede o trabalho infantil, há essa atividade com aval dos pais e empregadores.

*[...] hoje tem toda essa questão legal que impedem eles de iniciarem no trabalho cedo, principalmente este tipo de trabalho que é considerado perigoso, mas a gente vê que eles têm bastante visão do trabalho [...] Assim, alguns devem ter acesso ao trabalho, os maiores, mas os menores sabem bem como acontece o processo todo [...] (E\_2).*

*“A maioria, trabalha com os pais. Tem alguns que já trabalham, [...] e com o empregador mesmo é que recebem em dinheiro. A maioria trabalha com os pais. Mas a maioria faz alguma coisa sim” (E\_1).*

### **6.3 Ações para a prevenção do trabalho infantil e promoção da saúde no contexto escolar rural**

Dos 17 professores, 06 relataram que não há ações específicas para a prevenção do trabalho infantil na escola, apesar de ser um problema evidente. Outros 07 afirmam que existem esclarecimentos e atividades realizadas por uma orientadora da escola que abordam indiretamente o tema. Somente 04 professores não responderam.

*“... Específica não, e nem dentro das disciplinas [...] A gente ressalta os valores, agregações e deveres. Mas, assim atividade específica não [...] Eu acho que ninguém (E\_4)”.*

*“Não conheço ainda nenhum projeto da escola sobre o trabalho infantil. Até porque, eu acho que não tem casos graves de trabalho infantil, de aluno ser forçado a trabalhar (E\_10).”*

Dos 17 professores, 04 afirmaram que a única relação que a escola tenta estabelecer com a comunidade local são atividades voltadas para as instruções sobre técnicas agrícolas e meio ambiente, voltadas para a realidade do trabalho rural local.

*“... tudo que eles aprendem nas técnicas agrícolas é o que eles vão aplicar lá na comunidade deles... Na granja, na estância. Inclusive sobre o meio ambiente [...] O que agente trabalha aqui, ele vão aplicar lá” (E\_6).*

No que se refere à educação em saúde que a escola destina à população rural, 10 dos professores afirmam que as ações são realizadas pela Secretaria Municipal da Saúde, especificamente no projeto de escovação dental e 07 não souberam informar sobre esse aspecto.

*“Nós temos um projeto... Juntamente com a Secretaria Municipal da Saúde que é a Prevenção da Saúde bucal [...] Duas vezes por semana (E\_14)”.*

Apenas um professor, que também atua como orientador pedagógico da escola destacou a participação da escola em projetos sociais, que em algumas situações, abordam a educação em saúde. Os demais professores e os escolares entrevistados não relataram a participação da escola nesses projetos ao longo da entrevista.

*[...] a gente tem esse projeto, que talvez até alguns colegas não abordem [...] Projeto Educar para Viver é um trabalho de multiplicadores aqui. Nós temos em torno de 20 a 25 alunos que participam [...] A gente tem tido bons resultados. Além disso, a gente tem o projeto Sorrindo para o Futuro. A gente faz fala com os pais sobre a saúde, quando tem reunião. A gente fica intermediando muitas consultas, muitos atendimentos. Eu faço isso. Para mim é mais fácil de falar para vocês, talvez alguns colegas nem lembrem que a gente faz esse trabalho [...] (E\_2).*

#### **6.4 As dificuldades encontradas para abordar o trabalho infantil**

Os professores foram questionados acerca da participação dos pais nas atividades escolares, 10 deles afirmaram que os pais são pouco participativos, dificultando o envolvimento nas atividades escolares de seus filhos.

*[...] É muito pouca, muito pouca. Alguns alegam para nós que não estudaram, não terminaram o fundamental, e não sabem o conteúdo. Mas, o que a gente está sempre falando, eles não precisam ensinar o conteúdo, eles tem que participar olhando caderno vendo se tem atividade, estimulando e incentivando o filho a fazer [...] (E\_12).*

A maioria dos pais não comparece na escola, pois as granjas – local onde moram e trabalham as famílias dos escolares – fica distante da escola, além da atividade laboral ocorrer no mesmo horário escolar.

*[...] É muito complicado, a gente ter os pais conosco. Então, assim, agente tentaria fazer um negócio com os chefes de granja, para ver quem é que vai vim. Não vem ninguém. Não vem. Até este projeto vai ser bem complicado deles virem. É mais fácil tu pegar e ir atrás deles. Ai eles te escutam. Se tu vai eles param e te escutam, mas eles virem até aqui, é complicado [...] (E\_4).*

*[...] Alguns pais participam. Algumas mães são bem assíduas e bem interessadas quanto à frequência dos alunos e atividades. Outras mães não são muito, por causa da localidade, é difícil elas estarem vindo muitas vezes na escola [...] (E\_10).*

## 6.5 Implicações do trabalho infantil no desempenho escolar

O tempo dedicado ao auxílio aos pais, os prejuízos físicos e psicológicos, a frequência escolar, a motivação dos escolares para as atividades de aula e as atividades recreativas foram analisadas para identificar se há implicações do trabalho infantil no desempenho escolar.

Dos 35 escolares, 19 relataram que as atividades de auxílio os pais, ocupa em média duas horas por dia. E 06 deles auxiliam os pais até quatro horas por dia. Contudo, 10 dos escolares não souberam responder qual a carga horária destinada por dia para o trabalho.

Os professores foram questionados se percebem que o trabalho realizado pelos escolares no auxílio aos pais desencadeia prejuízos para o desempenho físico e psicológico das crianças e adolescentes. Apenas 1 ressaltou que a aprendizagem fica afetada com o trabalho.

Em relação à frequência escolar, 08 dos professores afirmaram que, de um modo geral, não há prejuízos associados ao trabalho realizado pelos escolares. A escola tem controle sobre essa situação e busca contato com os pais para garantir a frequência dos escolares, assim como, notifica o conselho tutelar. Não foi questionada a incidência dessa situação.

*[...] Não até porque a gente tem um cuidado bem rigoroso da frequência deles. Quando existem faltas, no máximo cinco faltas já se entram em contato com a família. Entra-se em contato com o conselho tutelar [...] Então, assim, não existe, a não ser por um problema maior, mas aí é encaminhado para outro órgão, daí não fica só na escola [...] (E\_11).*

Contudo, destacam que a frequência escolar diminui depois da colheita, nas férias dos pais e nos dias de chuva, quando há dificuldade do ônibus escolar chegar até as granjas.

*“Por causa do ônibus tem alguns lugares que o brete é muito longe da casa. Daí eles se embarram, e não vêm na aula. Eles saem às 4 horas da manhã pra chegar aqui às 8 horas (E\_9).”*

*[...] O que atrapalha a frequência deles é que as férias dos pais é geralmente depois que termina a colheita, os pais quando tiram férias eles não ficam nas granjas, eles vão para a cidade. As férias deles é ir pra cidade, então eles, nesse período em que os pais tiram as férias e vão para a cidade, eles acompanham os pais. Aí agente tem que tá ligando e cobrando que venham pra escola, aí eles já não vêm no transporte escolar... Porque eles têm que vir da cidade... Então tem todo esse problema, mas não é por questão de trabalho, é em determinados períodos é por causa das férias dos pais [...] (E\_8).*

Todos os escolares relataram que gostam de frequentar a escola. A maioria, 32 deles relataram que se sentem motivados com as atividades escolares, 27 dos escolares relataram que costumam brincar e apenas 7 que brincam às vezes.

Em relação ao local das brincadeiras, 13 dizem gostar de brincar na escola e 22 brincam na casa de amigos e em casa. As brincadeiras mais comuns entre 26 dos escolares é o jogo de bola e pega-pega e apenas 07, entre meninos e meninas preferem futebol.

Como integrante e bolsista do grupo PET Vigilâncias tive a oportunidade de vivenciar a realidade desta comunidade escolar e perceber as dificuldades e os anseios dos professores para trabalhar algumas temáticas que envolvem os problemas sociais e de saúde da população rural. O projeto subsidiou condições para que o estudo fosse realizado, aprimorou diversas formas para que a informação a respeito da saúde da população rural chegasse às escolas da melhor maneira possível.

## 7 DISCUSSÃO

Os professores do ambiente rural não consideram o auxílio aos pais como trabalho infantil, pois os escolares participam das atividades domésticas diárias de suas famílias e até mesmo alguns recebem ajuda financeira por isto. Os professores, em sua maioria, estão despreparados para atuar nessas situações e para notificar o trabalho infantil que indiretamente cerca a realidade rural (BRASIL, 2004).

No presente estudo, os professores não sabiam ou não quiseram opinar sobre questões específicas sobre o trabalho infantil. Esse aspecto reforça o despreparo dos educadores para lidar com as crianças que estudam e trabalham. Os professores podem iniciar um processo de reflexão na escola, nas reuniões pedagógicas, nos espaços de conversas com as mães e os pais, considerando que a parceria com a família é de suma importância para a conscientização sobre o trabalho infantil (UNICEF, 2009).

A percepção, por parte da escola, de que ela pode e deve interferir nesta realidade é um dos primeiros passos para aguçar o olhar e identificar os (as) alunos (as) que trabalham, quais os motivos que os levam a trabalhar ainda na infância e na adolescência e quais suas dificuldades de aprendizagem. Feito este diagnóstico, é possível à escola pensar e desencadear ações no sentido de debater esta temática com os (as) alunos (as) e suas famílias, buscando alternativas para o combate ao trabalho infantil (UNICEF, 2009).

A escola precisa reforçar ações de promoção da saúde, promovendo um melhor preparo do professor para discutir a respeito do trabalho infantil. A indicação do espaço escolar como local adequado para o desenvolvimento de ações de educação em saúde está inserida em várias políticas públicas de saúde (CAMPOS, 2003). O PSE contribui para a formação dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens das escolas rurais (BRASIL, 2007).

O trabalho realizado no cotidiano das escolas deve visar ações de educação em saúde e os currículos devem prever vários temas como: qualidade de vida, sexualidade, violência, meio ambiente, e trabalho infantil, em muitas escolas esses temas fazem parte apenas dos projetos pedagógicos, contudo na prática não são abordados, especialmente por falta de preparo dos professores e de um suporte pedagógico (CAMPOS, 2003). Nesse sentido, há importância de estudos relacionados a esta temática do trabalho realizado por crianças e adolescentes e o papel da escola na desmistificação da inocuidade do trabalho infantil, especialmente no ambiente rural (PIMENTA, 2011).

Para tanto, um professor que atua em escola rural deve conhecer o local em que o escolar vive e os aspectos culturais da população. Essa contextualização é importante para que o professor possa atuar na motivação do escolar a viver saudavelmente nesse espaço e, quando se tornar adulto, ser um trabalhador digno do campo, que conheça e saiba utilizar as riquezas de sua terra (CAMPOS, 2003).

Além da falta de suporte escolar para combater o trabalho infantil, predomina o velho paradigma em muitas das famílias rurais, que visualizam no trabalho de seus filhos uma forma de prevenção e proteção contra a marginalização (BRASIL, 2004). Convencer as famílias mais pobres e sensibilizar aquelas mais abastadas de que o trabalho não é mais importante do que a educação, mesmo em situações críticas, podem ser o grande desafio das ações de combate ao trabalho infantil atualmente. O trabalho só deve ser bom quando exercido na idade certa, de modo protegido e na função adequada à fase da vida em que a pessoa está. Quantitativamente, o trabalho infantil diminuiu, mas as razões simbólicas necessárias para sua existência continuam vivas na cultura brasileira (BRASIL, 2004).

Junto ao fator econômico, vem a questão cultural, mesmo nos dias atuais em que se busca veementemente a erradicação do trabalho infantil, ainda pesam valores ultrapassados como o mito de que trabalhar é bom para a criança que supostamente, cresceria mais ciente de suas responsabilidades no meio social. A importância deste fator é tão grande, que muitos estudos o apontam como um dos principais fatores para a dificuldade de erradicação desta prática ilegal (BRASIL, 2004).

Schneider (2005) evidencia que os pais das áreas rurais não têm o trabalho dos filhos como obrigatório. Os filhos ajudam os pais em atividades que para eles não são trabalho infantil exploratório, e sim agricultura familiar de subsistência. O autor chama a atenção para a necessidade de se diferenciar o trabalho precário, rotineiro e degradante das diversas formas de ajuda realizadas por crianças, especialmente no âmbito da agricultura familiar, tendo em vista que o auxílio das crianças nas atividades rurais constituiria uma forma de inserção social (SCHNEIDER, 2005).

Ainda, analisando um relatório da OIT que realçava a ampla presença do trabalho infantil na agricultura familiar, procurou rebater esta compreensão mostrando que o trabalho das crianças no espaço das unidades de produção familiar deve ser entendido pelo seu caráter pedagógico e formativo, razão pela qual pode assumir o sentido e significado de uma ajuda à família, contudo, na legislação brasileira é considerado trabalho infantil qualquer trabalho realizado por menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz (ECA, 2010).

A pesquisa de Gunnarsson et al. (2006) avaliou os impactos do trabalho infantil sobre o desempenho escolar, utilizando dados de alunos de terceira e quarta séries em nove países da América Latina. Os resultados indicaram que o trabalho infantil reduz o desempenho escolar. Nesse contexto, o problema ganha proporções de longo prazo, afetando o progresso econômico dos indivíduos e elevando as desigualdades de renda na sociedade como um todo.

Quanto aos relatos a respeito da aprendizagem prejudicada dessas crianças inseridas nesse contexto, os estudos apresentam diversas opiniões. Andrade e Cintra (2006) relatam que as crianças que trabalham não conseguem um bom aproveitamento escolar, deixam a lição de casa para segundo plano e valorizam mais o trabalho. Campos e Francischini (2003) apontam que o trabalho exercido pelas crianças influencia de forma negativa o rendimento escolar.

Se, por um lado, o trabalho infantil ajuda as famílias a sobreviver sob difíceis condições econômicas, por outro ele pode acarretar consequências perversas sobre a criança. O trabalho infantil pode prejudicar o desenvolvimento das potencialidades da criança, seja afetando sua saúde física e psicológica ou tomando dela tempo e recursos que poderiam ser mais bem dedicados à sua infância (FERNANDES; SOUZA, 2003).

Mesmo que não haja uma comprovação científica da influência direta da interação escola-família na melhoria do aprendizado dos alunos, inúmeras pesquisas no Brasil e no mundo todo têm mostrado que as condições socioeconômicas, as expectativas e a valorização da escola e o reforço da legitimidade dos educadores são fatores que emanam da família e estão altamente relacionados com o desempenho dos alunos (LEITE, 1999).

O acompanhamento de crianças e adolescentes nas escolas é deficitário havendo desarticulação das escolas com outras instâncias de fiscalização e controle social do trabalho infantil. Também há o desconhecimento da comunidade escolar sobre a legalidade do trabalho infantil (BRASIL, 2004).

São altos os índices de defasagem idade-série, repetência e evasão escolares. O sistema de ensino é deficiente e desestimulante, havendo ainda limitação e má aplicação dos recursos públicos para a educação, e a falta de política nacional que contemple ações educacionais dirigidas aos jovens e adultos das famílias de crianças trabalhadoras (BRASIL, 2004).

Já Duryea e Arendskuenning (2003), analisando a área urbana de 25 estados o Brasil, destacam que a taxa de emprego para crianças entre 14 e 16 anos aumenta quando o mercado de trabalho local apresenta condições favoráveis no tocante à remuneração e as oportunidades

de emprego. Nesse cenário, o custo de oportunidade de manter a criança na escola aumenta, elevando a probabilidade de trabalhar.

Além da necessidade de realizar estudos aprofundados para qualificar a relação entre trabalho e rendimento escolar, outros aspectos também interferem nos índices desse rendimento. Cabe destacar as enormes dificuldades vivenciadas pelas crianças das comunidades rurais mais distantes para se deslocar até as escolas (STROPASOLAS, 2010). Leiria (2010) destaca que a criança e o adolescente que trabalham para compor a renda familiar comprometem sua formação educacional e no futuro não terão qualificação para ingressar no mercado de trabalho.

Apesar de a incidência de trabalho infantil estar diminuindo, um grande número de crianças continua trabalhando e por um período longo de horas. O Departamento de Estatística da Organização Internacional do Trabalho estimou em 2000 que, mundialmente, existiam em torno de 211 milhões de crianças entre cinco e 14 anos trabalhando (KASSOUF, 2007).

Além de problemas de subestimação, existe também o de superestimação, que ocorre ao se considerar como trabalhador aquele que exerce atividades por uma hora ou mais na semana. Com essa definição, são consideradas economicamente ativas muitas crianças que trabalham ainda que um número reduzido de horas por semana, o que acaba nivelando o trabalho de risco exercido por menores durante longas jornadas (KASSOUF, 2007).

Existe ainda o problema de não se considerar o trabalho dentro do domicílio, realizado por meninas, o que pode ser a explicação para o fato de haver maior porcentagem de meninos trabalhando nas áreas externas. Em muitos países, como na Índia, o trabalho realizado por meninas dentro do domicílio é bem árduo e desgastante que até as impede de estudar (KASSOUF, 2007).

No Brasil, em estudo realizado pela presidência da república no ano de 1998, identificou-se que a participação das crianças na força de trabalho decresce com o nível de renda das famílias onde estão inseridas; a taxa de participação de menores é mais elevada na área rural do que na urbana; as taxas de participação são mais elevadas no Sul e no Sudeste do que no Norte e no Nordeste (BRASIL, 1998).

No presente estudo, a dificuldade financeira não foi mencionada como um fator que contribui para o trabalho infantil no ambiente rural. Schwartzman e Schwartzman (2004)

destacam que no Brasil, o trabalho de crianças está associado à condição de pobreza, mas é explicado também pela tradição da agricultura familiar, principalmente na região Sul do país. Adicionalmente, mostram que mesmo quando controlada a renda, residir no ambiente rural tem um efeito positivo sobre o trabalho infantil. Isto é, o trabalho infantil no ambiente rural não é o resultado apenas de um menor nível de renda, mas de uma infraestrutura escolar mais deficiente ou mesmo da inexistência de escolas, da maior facilidade com que a criança é absorvida em atividades informais que exigem menor qualificação e das atividades agrícolas familiares.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela que a percepção de professores e estudantes do ensino fundamental a respeito do trabalho infantil no ambiente rural não coaduna com a perspectiva legal. Alguns professores não sabiam ou não quiseram opinar sobre questões específicas sobre o trabalho infantil. Outros deixaram claro que para eles não há trabalho infantil, e sim ajuda espontânea aos pais. O entendimento de que o trabalho é um auxílio aos pais é uma questão cultural da comunidade rural, que passa de geração em geração, e também é sustentada pela escola.

Os alunos também mostraram a desinformação sobre o problema, evidenciando que eles não trabalhavam e sim ajudavam aos pais, nas lidas de casa, no cuidado aos animais e indo para a lavoura. Para eles essas atividades são rotineiras e comuns a todas as famílias da região, não se tornando empecilho para atividades escolares e nem trazendo maiores problemas para suas vidas.

Os resultados mostram que a comunidade escolar ainda necessita de um suporte para ações de prevenção ao trabalho infantil, iniciando com a preparação dos professores para identificar e abordar o problema. Há também a necessidade de um maior envolvimento e participação da comunidade nas atividades escolares, para que os pais e responsáveis se conscientizem de que devem ser mais participativos e pró-ativos nesse espaço educativo.

As ações de promoção a saúde na escola são restritas. Assim, observa-se a urgência da articulação com a Secretaria Municipal da Saúde e Social, para estabelecer ações específicas, discutindo os problemas de saúde da comunidade, em especial o trabalho infantil. Os professores destacaram a dificuldade de envolver os pais nas atividades escolares, a e falta de diálogo entre escola e família.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados contribuíram para que o levantamento de dados fosse efetivo e contemplasse a pesquisa, possibilitando a identificação da percepção dos escolares e professores a respeito do trabalho infantil. As questões em que os participantes que não souberam ou não quiseram opinar sobre o assunto, também se tornaram fontes importantes para a análise da problemática em questão.

Os dados poderão auxiliar na estruturação de ações para abordar o trabalho infantil, no cenário em estudo, e nas demais escolas rurais que presenciam essa problemática. Nesse sentido, o intuito é retornar os resultados à escola, através de uma apresentação do estudo para os professores e escolares.

Mesmo que a problemática do trabalho infantil não tenha sido abordada diretamente nas ações do PET, o grupo pôde expor o interesse para que futuras ações sejam criadas e direcionadas diretamente a esta temática, visualizando assim uma ampla gama de possibilidades para a criação de um trabalho que supra a necessidade de informações e conhecimento dos professores e alunos das escolas rurais.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. Trabalho infantil doméstico: perfil bio-sócioeconômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, João Pessoa/ PB, v. 12, n. 1, p.57-73, out. 2009.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. O trabalho infantil doméstico e o processo de escolarização. **Psicologia & Sociedade**, João Pessoa/ PB, v. 2, n. 23, p.293-302, mar. 2011.

ALGERI, Simone. A violência infantil na perspectiva do enfermeiro: uma questão de saúde e educação. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre/RS, v. 3, n. 26, p.308-315, dez. 2005.

ANDRADE, R. & CINTRA, R.A criança: o calçado versus a escola (uma reflexão sobre a terceirização em Franca). **Trabalho de conclusão de curso não publicado, Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”**, Franca, SP, 1996.

ASMUS, Carmen Ildes Rodrigues Fróes et al. Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p.953-960, abr. 2005.

BRASIL. **Programa Saúde nas Escolas (PSE)**, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=14578:programa-saude-nas-escolas&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14578:programa-saude-nas-escolas&Itemid=817)>. Acesso em: mar. 2015.

BRASIL. **Projeto Escola que Protege**, 2000. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote\\_eletronico.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf)>. Acesso em: jun. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**, 2004. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD5189CAB12D1/pub\\_6361.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD5189CAB12D1/pub_6361.pdf)>. Acesso em: mai. 2015.

COELHO, France Maria Gontijo et al. Educação para promoção da saúde infantil: relato de experiência em um assentamento de reforma agrária, Vale do Rio Doce (MG). **Ciência e Saúde Coletiva**, Viçosa, v. 3, n. 10, p.739-747, fev. 2005.

CAMPOS, Herculano Ricardo. & FRANCISCHINI, Rosângela. (2003). Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. **Psicol. Estud.**, 8 (1), 119-129. out, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n1/v8n1a15.pdf>> Acesso em: 13 Jun. 2015.

DURYEA , Suzanne. KUENNING , Mary. A. Escola, assiduidade, trabalho infantil e as flutuações do mercado de trabalho local do Brasil. **World Desenvolvimento urbano**, v.31 , n .7,2003 .

FERNANDES, R.; SOUZA, André P. A Redução do Trabalho Infantil e o Aumento da Frequência a Escola: Uma Análise de Decomposição para o Brasil dos Anos 90. **Mimeo**, 2003.

FRANKLIN, Rafael Narciso et al. Trabalho precoce e riscos à saúde. **Adolescência Latino Americana**, Porto Alegre/RS, v. 2, n. 7130, p.80-89, jan. 2001.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2011. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm)>. Acesso em: mar. 2015.

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 3, n. 14, p.339-353, mar. 2010.

LIMA, Marília Batarra; RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antônio dos Santos. Percepções de crianças e adolescentes sobre seu trabalho informal. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte/ MG, v. 1, n. 17, p.48-66, abr. 2011.

LEIRIA, Maria de Lourdes. Trabalho infantil: a chaga que marca várias gerações. **Ltr**, São Paulo, v. 9, n. 74, p.1076-1097, Set/2010.

LEITE. S C, Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: **Cortez**, 1999. (Coleção questões da nossa época; v. 70)

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua et al. O Problema do Trabalho Infantil na Agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **RESR**, Piracicaba, v. 4, n. 50, p.763-786, dez. 2012.

MARTINS, Ana Claudia et al. Repercussão do trabalho infantil urbano na saúde de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira Promoção de Saúde**, São Paulo, v. 1, n. 26, p.9-17, mar. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plano Nacional do Trabalho Decente**. Brasília/DF, 2010. Disponível em:  
<[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/pub/plano\\_nacional\\_302.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/plano_nacional_302.pdf)> Acesso em 30 Out. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Agenda Nacional do Trabalho Decente**. Brasília/DF, 2006. Disponível em:  
<[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD50168314818/pub\\_Agenda\\_Nacional\\_Trabalho.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BD50168314818/pub_Agenda_Nacional_Trabalho.pdf)> Acesso em 25 Out. 2014.

PEREIRA, Valeriana Valadares, et al. **Programa de educação pelo trabalho para a saúde nas escolas: percepção dos pais**. *Rev. bras. educ. med.* [online]. 2013, vol.37, n.4, pp. 549-556. ISSN 0100-5502.

PNETI. **Programa Nacional de erradicação do trabalho infantil: Manual de Orientações**. Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS/Ministério da Previdência e Assistência Social - MAPS, Brasília, 2002.

PIMENTA, Aline Alcântara et al. Repercussões do trabalho na saúde dos adolescentes trabalhadores. **Acta Paul Enfermagem**, São Paulo, v. 5, n. 24, p.701-706, mar. 2012.

RUELA, Sanya F; MOURA, Maria LS de. Um estudo do nicho de desenvolvimento de um grupo de crianças em uma comunidade rural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 2, n. 12, p.315-324, ago. 2007.

SCHWARTZMAN, Simon; SCHWARTZMAN, F. F. O trabalho infantil no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade/UFRJ, v. 2, 2004

SILVA, Pollyanna; SILVA, Ivana M B; BRASILEIRO, MarisleiE. Pesquisas científicas relacionadas à atuação do Enfermeiro frente ao trabalho infantil. **Revista Eletrônica de Enfermagem do Centro de Estudos de Enfermagem e Nutrição/ PUC Goiás**, Goiás, MG, v. 1, n. 1, p.1-16, jul. 2010.

STROPASOLAS, Valmir L; A condição social da infância nas comunidades rurais de Florianópolis, **Relatório de pesquisa do CNPq**, Florianópolis, SC, jan. 2010.

UNICEF/**Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, 2004.

VIEIRA, Roseli S. et al. A atuação dos enfermeiros nas notificações compulsórias de trabalho precoce, nas unidades de estratégia de saúde da família do município de Criciúma/SC. **Rdisan**, São Paulo, v. 1, n. 13, p.132-156, jun. 2012.

VIEIRA, Márcia Guedes. Trabalho infantil no Brasil aspectos culturais e políticas públicas. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, Campos de Ondina, v. 1, n. 1, p.1-17, ago. 2011.

**APENDICE I- INSTRUMENTO DE ENTREVISTA PROFESSORES**



**CAMPUS URUGUAIANA  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENFERMAGEM DA FRONTEIRA  
OESTE DO RIO GRANDE DO SUL- GEPEnf FORS  
PET VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR DO CAMPO**

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PROFESSORES**

- 1 Número da entrevista: \_\_\_\_\_
- 2 Data da entrevista: \_\_\_\_\_
- 3 Nome do coletador de dados: \_\_\_\_\_
1. Nome do participante: \_\_\_\_\_
2. Idade: \_\_\_\_\_
3. Gênero: (1) Feminino (2) Masculino
4. Cor: (1) Branco (2) Preto (3) Pardo
5. Nível de formação: (1) Ensino Médio (2) Ensino Técnico (3) Ensino Superior
6. Estado civil: (1) Solteiro (2) Casado (3) Separado judicialmente  
(4) Divorciado (5) Viúvo (6) União estável
7. Tempo de atuação no magistério: \_\_\_\_\_
8. Vínculo empregatício: (1) efetivo (2) contratado
9. Tempo de atuação na escola: \_\_\_\_\_
10. Quais as mudanças percebidas neste período de sua atuação na escola?
11. Qual sua atuação/inserção na comunidade local, além das atividades na escola?
12. Qual o seu entendimento sobre a produção agropecuária da localidade?
13. Como você visualiza a relação entre a comunidade escolar e o trabalho local?
14. Como você visualiza o trabalho infantil na comunidade?
15. A frequência dos escolares é reduzida nos períodos de mais trabalho na lavoura?
16. Existem ações desenvolvidas pela escola para abordar o trabalho infantil?
17. Como você avalia a participação dos pais no acompanhamento dos escolares e das atividades da escola?
18. Quais ações de educação em saúde a escola destina à população rural?

19. A escola possui alguma atividade de educação voltada para a prevenção de acidentes de trabalho e riscos de intoxicação pelo uso de agrotóxico?
20. Quais as principais dificuldades enfrentadas para implementar atividades de educação em saúde na escola?
21. Quais as principais estratégias encontradas para implementar atividades de educação em saúde?
22. Sugestões de temáticas a serem abordadas com os escolares acerca da promoção da saúde no campo.

**APENDICE II- INSTRUMENTO DE ENTREVISTA ESCOLARES**

**CAMPUS URUGUAIANA  
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENFERMAGEM DA FRONTEIRA OESTE DO RIO  
GRANDE DO SUL- GEPE<sup>nf</sup> FORS  
PET VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR DO CAMPO**

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ESCOLARES**

Número da entrevista: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_\_

Nome do coletador de dados: \_\_\_\_\_

**Dados sociais e ambientais:**

1. Nome do participante: \_\_\_\_\_

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Série: \_\_\_\_\_

4. Gênero:

5. (1)Feminino (2)Masculino

6. Cor:

(1) Branco(2)Preto (3)Pardo

7. Reside em:

(1) Uruguaiana(2)Barra do Quaraí (3) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

8. N° de pessoas na família: \_\_\_\_\_

9. N° de pessoas que moram na mesma casa: \_\_\_\_\_

10. Tipo de residência:

(1) madeira(2)alvenaria (3)barro (4)misto (5) material reciclado

11. Possui água encanada:

(1) sim (2)não

12. Qual a origem da água:

\_\_\_\_\_

13. Qualidade da água utilizada:

(1) filtrada(2)fervida(3)clorada(4)sem tratamento

14. Possui energia elétrica:

(1) sim (2)não

15. Possui rede elétrica:

(1) sim (2)não

16. Fonte de energia: \_\_\_\_\_

17. Que tipo de banheiro você tem acesso:

(1)com fossa(2)com rede de esgoto aberta

(3)Outro. Qual?\_\_\_\_\_

18. Que destino é dado ao lixo orgânico (restos de alimentos)?

(1) coleta pública (2)adubação(3)alimentação de animais (4)vai com o lixo inorgânico

(5)enterra (6)queima

19. Que destino é dado ao lixo inorgânico (papel, plástico, metais, vidro)?

(1) coleta publica(2)queimado (3)joga a céu aberto (4)enterrado(5)separados

20. Quais desses animais aparecem na sua casa?

(1)rato(2)mosquito (3)barata (4)mosca (5)cobra (6)escorpião (7)barbeiro (8)aranha

(9)Outros. Quais?

\_\_\_\_\_

21. Cria animais domésticos?

(1) não (2)sim. Quais?\_\_\_\_\_

22. Seus animais domésticos são vacinados?

(1) sim (2)não

23. Transporte que a família mais utiliza:

(1)bicicleta(2)carroça(3)moto (4)ônibus(5)automóvel (6)caminhão

(7)Outro. Qual:\_\_\_\_\_

24. Tipo de moradia:

(1) próprio (2)cedido (3)alugado

25. Mora em propriedade rural:

(1) sim (2)não

26. Seu pai trabalha em atividade rural?

(1) não (2)sim.

Qual atividade?\_\_\_\_\_

27. Sua mãe trabalha em atividade rural?

(1) não (2)sim.

Qual atividade?\_\_\_\_\_

28. Você gostaria de trabalhar na mesma profissão que seus pais?

(1) sim (2) não.

Por que?\_\_\_\_\_

Se sim na 23, não responder a 33:

29. Qual profissão você gostaria de seguir? \_\_\_\_\_

30. Você ajuda seus pais no trabalho?

(1) Sim(2)Não

31. Como você ajuda? \_\_\_\_\_

32. Quantas horas por dia?\_\_\_\_\_

33. Você gosta de frequentar a escola?

(1) Sim (2)Não

34. Você se sente motivado em suas atividades escolares?

(1) Sim (2)Não

35. Você costuma brincar?

(1) Sim(2)Não (3)As vezes

36. Onde você mais brinca?

(1) na escola (2)em casa (3)na casa de amigos

37. Qual a(s) brincadeira(s)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **História de saúde da família**

38. O que significa saúde para você?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

39. O que significa doenças para você?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

40. Sua família possui algum plano de saúde?

(1 )SUS (2 )Sindicato Rural (3 )Unimed

(4)Outro. Qual?\_\_\_\_\_

41. O SUS atende as necessidades de sua família ou comunidade?

(1) Sim(2)Não (3)Não sabe

42. Qual serviço de saúde sua família procura quando alguém está doente?\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

43. Na sua família teve alguém doente nessas ultimas duas semanas:

(1) Sim(2)Não (3)Não sabe

44. Que tipo de doença?\_\_\_\_\_

45. Procurou algum atendimento médico?

(1) Sim(2)Não (3)Não sabe

46. Alguém da sua família sofreu algum acidente ou doença do trabalho?

(1) Sim (2)Não

47. Você ou alguém da sua família já sofreu intoxicação por agrotóxicos?

(1) Sim(2)Não

48. Você conhece casos de intoxicação na comunidade ou em áreas próximas?

(1) Sim(2)Não

**Se a família mora e trabalha em propriedade rural (Se sim na questão 19), continuar o questionário.**

49. Tempo que mora na propriedade:\_\_\_\_\_

50. Em que seus familiares trabalham

(1) agricultura (2)pecuária (3)agropecuária

51. Há quanto tempo? \_\_\_\_\_

52. Se agricultura, quais as principais culturas?

(1) arroz (2)soja (3)milho (4) trigo (5)hortaliças (6)Outras.

Quais?\_\_\_\_\_

53. Se pecuária, que animais cria?

(1)gado (2)porco (3)galinha (4)cavalo (5)ovelha

(6)Outras. Quais?\_\_\_\_\_

54. Qual a finalidade da pecuária?

(1) consumo (2)venda (3)auxílio no trabalho

55. Sua família participa de qual etapa da produção agrícola?

(1) carpina (2)plantio (3)aguação (4)aplicação de agrotóxico (5)colheita (6)todas

56. A propriedade necessita contratar mais pessoas para o trabalho além da família?

(1) Sim(2)Não (3)Não sabe

57. Quantas horas por dia se trabalham na propriedade?

(1)6h (2)8h(3) Mais de 8h

58. Quantos dias por semana trabalham? \_\_\_\_\_

59. Utilizam algumas dessas máquinas ou ferramentas na propriedade ou na lavoura?

(1)Trator (2)colheitadeira (3)arado (4)foice (5)enxada (6)plantadeira manual (7)adubadeira

(8)carroça (9)pulverizador costal (10)pulverizador manual (11)pá

(12)Outros. Quais? \_\_\_\_\_

60. Essas máquinas e ferramentas são apropriadas para o trabalho?

(1) Sim(2)Não (3)Não sabe

**61.** O maquinário utilizado passa por revisões periódicas?

(1) Sim(2)Não (3)Não sabe

**62.** São utilizados agrotóxicos na propriedade?

(1) Sim (2)Não (3)Não sabe

**63.** Agrotóxicos mais usados \_\_\_\_\_

**64.** Tipo de aplicação:

(1) Pulverização Aérea (2)Pulverização Manual

**65.** Acha necessário usar medidas de proteção?

(1) Sim(2)Não (3)Não sabe

**66.** Quais equipamentos de proteção são usados?

(1) lenços (2)máscara (3)bota (4)luva (5)lavar as mãos (6)avental (7)macacão (8)chapéu  
(9)nenhuma

**67.** Destino das embalagens vazias de agrotóxicos:

(1) deixadas no campo (2)reaproveitadas (baldes, lixos)(3)queimadas (4)enterradas  
(6)recolhida pelo representante

**68.** Como ocorre a lavagem dos equipamentos de aplicação dos agrotóxicos?

(1) não lava (2)em local específico (3)rio/barragem/açude (4)enxaguados no campo (5)  
em casa

## APENDICE III- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### CAMPUS URUGUAIANA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do estudo:** Promoção da Saúde do Trabalhador do Campo

**Pesquisador Responsável:** Prof. Dr. Valdecir Zavarese da Costa.

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal do Pampa/ Curso de Enfermagem.

**Telefone para contato:** (55) 91245479 (as ligações podem ser feitas a cobrar).

**Local de coleta dos dados:** Escolas Rurais de Uruguaiana,

Você está sendo convidada (a) para participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada Promoção da Saúde do Trabalhador do Campo. Esta pesquisa que tem como objetivo analisar o processo de saúde e doença dos trabalhadores rurais da Região Oeste do Rio Grande do Sul, e se justifica pela necessidade de ações para a promoção da saúde dos trabalhadores rurais, visto que eles estão expostos e vulneráveis ao adoecimento por condições inadequadas de trabalho.

Por meio deste documento, e a qualquer tempo, você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua, e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a perguntas acerca do processo de trabalho no campo, bem como, das atividades de promoção da saúde para a população desse contexto. Suas respostas serão gravadas em áudio. As gravações das respostas serão utilizadas somente nesta pesquisa e serão guardadas em local seguro, sob a responsabilidade do pesquisador, durante cinco anos, e somente as pessoas envolvidas diretamente com a pesquisa terão acesso a elas. A pesquisa oferecerá benefícios para você e para os pacientes atendidos, pois as informações coletadas irão subsidiar a elaboração de protocolos assistenciais e atividades de aperfeiçoamento voltadas para a promoção da saúde do trabalhador no campo.

A participação nessa pesquisa poderá expor você a riscos mínimos, tais como cansaço e desconforto, associados ao tempo despendido a participação e a possibilidade de relembrar situações desgastantes. Assim, após a execução do projeto, caso você necessite de alguma assistência, será acompanhado pela pesquisadora responsável e pelo serviço de psicologia do seu Município.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A pesquisa não envolve gastos com deslocamento ou gastos de outra natureza. Portanto, a pesquisa não terá nenhum gasto relacionado à participação dos sujeitos.

Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Você não será identificado (a) em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em eventos e publicações científicas. Não será revelado seu nome e a instituição a você qual pertence.

Nome do Participante da Pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura do Participante da Pesquisa: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

## ANEXO I-PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Promoção da Saúde do Trabalhador do Campo

**Pesquisador:** Valdecir Zavarese da Costa

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 22852813.2.0000.5323

**Instituição Proponente:** Fundação Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 457.098

**Data da Relatoria:** 13/11/2013

**Apresentação do Projeto:**

De acordo com o projeto:

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Analisar o processo de saúde e doença dos trabalhadores rurais da

Região Oeste do Rio Grande do Sul. A proposta apresenta relevância social e acadêmica, pois enfoca a promoção da saúde no trabalho rural.

Promover saúde é colaborar para desenvolver ações que supram as necessidades sociais em saúde, envolvendo políticas e tecnologias. Sabe-se

que os condicionantes do processo saúde-adoecimento possuem relação com a forma de produção, com o trabalho e com a situação social.

Destarte, intervenções que ampliem a visão de centralizar-se somente nos sintomas para focalizar mais as necessidades de saúde e seus

determinantes são formas de promoção da saúde. O cenário investigativo do presente estudo serão as escolas rurais da Região Oeste do Rio

Grande do Sul (RS). A amostra de sujeitos do estudo será composta por três grupos: alunos, professores e profissionais de saúde. A partir da

presente pesquisa espera-se implementar um enfoque ampliado para a saúde da população rural da Região Oeste do RS, perspectiva pouco

**Endereço:** Campus Uruguaiana BR 472, Km592

**Bairro:** Prédio Administrativo Central - Caixa

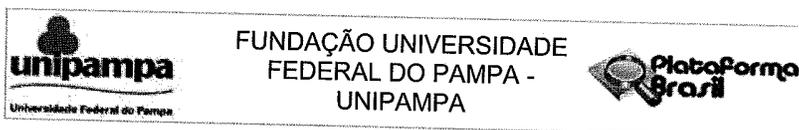
**CEP:** 97.500-970

**UF:** RS

**Município:** URUGUAIANA

**Telefone:** (55)3413-4321

**E-mail:** cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 457.098

contemplada pelas políticas públicas e serviços de saúde locais. Ademais, espera-se introduzir discussões e fomentar uma nova percepção para as reformas curriculares futuras dos cursos da área de saúde do Campus Uruguiana, com intuito de estruturar um processo de formação de profissionais de saúde que atendam as necessidades regionais. Em suma, são esperados os seguintes resultados: Articular a UNIPAMPA com a saúde pública, visando a integralidade dos cuidados em saúde à comunidade rural da Região Oeste do RS; Qualificar o trabalho em Vigilância na Saúde, principalmente, na área da Saúde do Trabalhador rural da Região Oeste do RS; Ampliar as atividades educativas do CEREST OESTE.

**Objetivo da Pesquisa:**

De acordo com o projeto:

Objetivo Primário:

Analisar o processo de saúde e doença dos trabalhadores rurais da Região Oeste do Rio Grande do Sul.

Objetivo Secundário:

Identificar o perfil sócio demográfico dos trabalhadores rurais da Região Oeste do Rio Grande do Sul; Avaliar a vulnerabilidade e riscos dos trabalhadores nas práticas rurais; Verificar os cuidados de saúde adotados pelo trabalhador rural e sua família; Identificar as ações desenvolvidas na Região Oeste do Rio Grande do Sul para a educação e promoção da saúde da população rural nos serviços de saúde locais; Identificar as ações desenvolvidas na Região Oeste do Rio Grande do Sul para a educação e promoção da saúde da população rural nas escolas e outros âmbitos sociais locais.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

De acordo com o projeto:

Riscos:

A participação nessa pesquisa poderá expor os participantes a riscos mínimos, tais como cansaço e desconforto, associados ao tempo despendido a participação e a possibilidade de relembrar situações desgastantes.

Benefícios:

A pesquisa oferece benefícios para os participantes desta pesquisa e para o público atendido na instituição coparticipante, pois as informações coletadas irão subsidiar a elaboração de protocolos assistenciais e atividades de aperfeiçoamento

Endereço: Campus Uruguiana BR 472, Km592  
 Bairro: Prédio Administrativo Central - Caixa CEP: 97.500-970  
 UF: RS Município: URUGUAIANA  
 Telefone: (55)3413-4321 E-mail: cep@unipampa.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PAMPA -  
UNIPAMPA



Continuação do Parecer: 457.098

voltadas para a promoção da saúde do  
trabalhador no campo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O presente estudo é de grande relevância e poderá subsidiar ações para melhoria da saúde de trabalhadores rurais.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Registro SIPPEE: OK

Folha de rosto: ok

TCLE: ok

Termo de confidencialidade: ok

Autorização co partícipe: ok

Instrumento de coleta de dados: ok

**Recomendações:**

Não há recomendações neste parecer.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

As pendências do parecer anterior (N.425.569) de 09/10/2013 foram atendidas.

URUGUAIANA, 13 de Novembro de 2013

Assinador por:

**GIULIA ALESSANDRA WIGGERS PEÇANHA**  
(Coordenador)

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km592  
Bairro: Prédio Administrativo Central - Caixa CEP: 97.500-970  
UF: RS Município: URUGUAIANA  
Telefone: (55)3413-4321 E-mail: cep@unipampa.edu.br